

WETZEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89239-270.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 06 de março de 2017.

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial encerrou o 4º trimestre de 2016 com uma posição de caixa consolidado de R\$ 8.179 (sendo que R\$ 1.992 encontram-se bloqueados devido ao processo de recuperação judicial), elevado endividamento e passivo a descoberto de R\$ 143.493, além de manter indicadores econômico-financeiros adversos.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o Resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entre o Patrimônio Líquido e o Resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. A administração da Wetzel S.A. – Em recuperação judicial, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel S.A. – Em recuperação judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2016	31/12/2015
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido e no Resultado.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional “reais (R\$)” que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico NBC TG 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para “reais” pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para “*impairment*”, se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à

produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento, formada por terrenos, foram registradas pelo valor justo a partir de 1º de janeiro de 2012.

3.10 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ITG 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.17 Benefícios a Empregados

a) Obrigações com Aposentadoria

A Companhia possui planos de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, e reconhece o valor como despesa de benefícios a empregados, não tendo nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a companhia; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos, NBC TG nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não efetuou operações com derivativos neste exercício.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes às aquelas praticadas no mercado.

- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ (1.380) e EUR (561), cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

. Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio:

Risco de alta do DÓLAR:

Descrição	Consolidado		
	31/12/2016 R\$ Mil	Com ajuste de 25% no câmbio R\$ Mil	Com ajuste de 50% no câmbio R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	657	821	986
	657	821	986
Passivos			
Dívida Bancária	5.155	6.443	7.732
	5.155	6.443	7.732
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.498)	(5.622)	(6.747)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(1.380)	(1.380)	(1.380)
Taxa Dólar	3,2591	4,0739	4,8887

Risco de alta do EURO:

Descrição	Consolidado		
	31/12/2016 R\$ Mil	Com ajuste de 25% no câmbio R\$ Mil	Com ajuste de 50% no câmbio R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	17	21	26
	17	21	26
Passivos			
Dívida Bancária	1.945	2.431	2.917
	1.945	2.431	2.917
Exposição Líquida - R\$ Mil	(1.928)	(2.410)	(2.892)
Exposição Líquida - EUR\$ Mil	(561)	(561)	(561)
Taxa EURO	3,4384	4,2980	5,1576

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instruções nºs 475/08 e 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora	31/12/2016	31/12/2015
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	8.154	2.537
Aplicações Financeiras	1.343	-
Clientes	11.062	10.256
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(538)	(581)
Dep. Judiciais trabalhistas	2.441	2.286
Dep. Judiciais tributários	1.805	1.660
Total	24.267	16.158

Controladora	31/12/2016	31/12/2015
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros
Passivos Financeiros		
Fornecedores	24.693	21.154
Empréstimos e Financ.	74.226	75.475
Arrend. Financeiros	171	676
Total	99.089	97.305

Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
	Empréstimos e Recebíveis	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes	8.179	2.575
Aplicações Financeiras	1.343	-
Clientes	11.086	10.256
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(538)	(581)
Dep. Judiciais trabalhistas e outros	2.441	2.457
Dep. Judiciais tributários	1.805	1.660
Total	24.316	16.367

Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros
Passivos Financeiros		
Fornecedores	24.813	21.916
Empréstimos e Financ.	74.225	76.007
Arrend. Financeiros	2.116	2.712
Total	101.154	100.635

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	7	14	7	14
Bancos Conta Movimento	8.147	2.523	8.172	2.561
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.154	2.537	8.179	2.575

Do saldo de R\$ 8.147 apresentado na linha de "Bancos Conta Movimento", R\$ 1.992 encontram-se bloqueados devido ao processo de recuperação judicial.

NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Receber de Clientes Interno	10.388	9.780	10.412	9.780
Contas a Receber de Clientes Externo	674	476	674	476
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(538)	(581)	(538)	(581)
Contas a Receber de Clientes	10.524	9.675	10.548	9.675
Adiantamentos a fornecedores	441	66	461	108
Adiantamentos a funcionários	362	109	362	109
Parcela Circulante	11.327	9.850	11.371	9.892
Total a Receber de Clientes	10.524	9.675	10.548	9.675
Total dos Adiantamentos	803	175	823	217
Total Geral	11.327	9.850	11.371	9.892

Aging List Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos	2.334	1.574	2.334	1.574
A vencer 30 dias	5.632	6.411	5.656	6.411
A vencer de 31 a 60 dias	2.480	1.843	2.480	1.843
A vencer de 61 a 90 dias	462	395	462	395
A vencer acima de 91 dias	154	33	154	33
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(538)	(581)	(538)	(581)
Contas a Receber de Clientes	10.524	9.675	10.548	9.675

Contas a Receber por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais - R\$	9.850	9.199	9.874	9.199
Dólar Norte-Americano - US\$	657	476	657	476
Euro - EUR	17	-	17	-
Contas a Receber de Clientes	10.524	9.675	10.548	9.675

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos Acabados	3.669	4.533	3.669	4.533
Produtos em Elaboração	3.256	4.854	3.256	4.854
Matéria-Prima	1.599	2.916	1.599	2.916
Materiais Consumo Produção	3.115	2.609	3.115	2.609
Revenda	663	720	663	720
Outros Estoques	2.328	3.371	2.328	3.371
(-) Provisão para Perdas	(2.396)	(3.497)	(2.396)	(3.497)
Total dos Estoques	12.234	15.506	12.234	15.506

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS a Recuperar	62	158	75	158
IPI a Recuperar	208	223	208	482
Pis/Cofins a Recuperar	215	202	215	202
IRRF a Compensar	27	17	182	174
ICMS CIAP a Compensar	284	396	284	396
IRPJ a Compensar (nota 17)	2	24	149	154
CSLL a Compensar (nota 17)	-	-	54	56
INSS a Compensar	330	330	330	330
Outros Impostos	15	17	16	16
Total	1.143	1.367	1.513	1.968

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em Sociedades Controladas	91	109	-	-
Propriedades para Investimento	63.523	54.542	63.523	54.542
Total de Investimentos	63.614	54.651	63.523	54.542

10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo Patrimônio Líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

Controladora Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas do Período	Resultado do Período	% de Equivalência Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2015									
Foundry Engineers	USA	112	3	109	-	(4)	100,00%	(4)	109
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	4.239	7.157	(2.918)	7.740	(1.998)	60,00%	(1.199)	-
		4.351	7.160	(2.809)	7.740	(2.002)		(1.203)	109
Em 31 de dezembro de 2016									
Foundry Engineers	USA	91	-	91	-	-	100,00%	-	91
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.584	5.790	(3.206)	66	(288)	60,00%	(173)	-
		2.675	5.790	(3.115)	66	(288)	-	(173)	91

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda., já a partir desse mês.

10.2 Propriedade para Investimento

Terrenos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Anterior	54.542	53.774	54.542	53.774
Transf.do imobilizado	(3.110)	1.247	(3.110)	1.247
Ajuste valor justo	12.091	(479)	12.091	(479)
Total	63.523	54.542	63.523	54.542

Localização das Propriedades para Investimentos	Valor
Em 31 de dezembro de 2016	
Araquari	35.372
Barra Velha	284
Joinville	27.868
	63.523

NOTA 11 – IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>		Edificações e	Máquinas e	Móveis e		Instalações e	Equipamentos		
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Ferramentas	de Informática	Outros	Total
		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Taxas médias de depreciação conforme laudo									
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	8.922	13.145	125.137	3.803	496	24.746	2.158	3.354	181.761
Depreciação Acumulada	-	(6.754)	(62.328)	(2.235)	(384)	(14.770)	(1.300)	-	(87.771)
Valor contábil líquido	8.922	6.391	62.809	1.568	112	9.976	858	3.354	93.990
Adições	-	-	199	56	-	41	-	240	536
Transferências	-	16	1.232	197	-	73	-	(1.518)	-
Reclassificação (a)	-	-	-	-	-	-	-	(1.525)	(1.525)
Baixas	-	(839)	(10.924)	(25)	(6)	(401)	(150)	(551)	(12.896)
Depreciação	-	(474)	(6.592)	(242)	(50)	(1.788)	(261)	-	(9.407)
Baixas da Depreciação	-	297	4.166	7	4	139	147	-	4.760
Transferências	-	-	4	3	-	(7)	-	-	-
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(17.014)
Saldo Final	8.922	5.391	34.636	1.207	46	7.669	574	-	58.445
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	8.922	12.322	115.644	4.031	490	24.459	2.008	-	167.876
Depreciação Acumulada	-	(6.931)	(64.750)	(2.467)	(430)	(16.426)	(1.414)	-	(92.418)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(17.014)
Valor contábil líquido	8.922	5.391	34.636	1.207	46	7.669	574	-	58.445
Adições	-	-	800	28	-	171	-	-	999
Transferências	3.110	(11)	-	(1)	-	12	-	-	3.110
Baixas	-	-	-	(1)	-	-	(6)	-	(7)
Depreciação	-	(396)	(2.471)	(120)	(16)	(1.558)	(201)	-	(4.762)
Baixas da Depreciação	-	-	-	1	-	-	3	-	4
Transferências	-	30	-	-	-	(30)	-	-	-
Imparidade e Provisão Perda	-	-	4.056	-	-	-	-	-	4.056
Saldo Final	12.032	5.014	37.021	1.114	30	6.264	370	-	61.845
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	12.032	12.311	116.444	4.058	490	24.642	2.002	-	171.978
Depreciação Acumulada	-	(7.297)	(67.221)	(2.586)	(446)	(18.014)	(1.612)	-	(97.176)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(12.202)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(12.958)
Valor contábil líquido	12.032	5.014	37.021	1.114	30	6.264	370	-	61.845

<u>Consolidado</u>		Edificações e	Máquinas e	Móveis e		Instalações e	Equipamentos		
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Ferramentas	de Informática	Outros	Total
		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Taxas médias de depreciação conforme laudo									
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	8.922	13.145	129.860	3.872	496	25.979	2.160	3.859	188.293
Depreciação Acumulada	-	(6.754)	(63.727)	(2.251)	(384)	(15.125)	(1.300)	-	(89.540)
Valor contábil líquido	8.922	6.391	66.133	1.621	112	10.854	860	3.859	98.753
Adições	-	-	201	56	-	41	-	240	538
Transferências	-	16	1.393	197	-	73	-	(1.679)	-
Reclassificação (a)	-	-	-	-	-	-	-	(1.868)	(1.868)
Baixas	-	(839)	(10.935)	(25)	(6)	(1.635)	(150)	(551)	(14.141)
Transf.p/Destinado a Venda	-	-	(3.316)	(48)	-	-	(1)	-	(3.365)
Depreciação	-	(474)	(6.754)	(247)	(50)	(1.961)	(261)	-	(9.747)
Baixas da Depreciação	-	297	4.167	7	4	667	147	-	5.289
Transferências	-	-	4	3	-	(7)	-	-	-
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(17.014)
Saldo Final	8.922	5.391	34.635	1.207	46	7.668	575	-	58.445
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	8.922	12.322	117.203	4.052	490	24.458	2.009	-	169.457
Depreciação Acumulada	-	(6.931)	(66.310)	(2.488)	(430)	(16.426)	(1.414)	-	(93.998)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(17.014)
Valor contábil líquido	8.922	5.391	34.635	1.207	46	7.668	575	-	58.445
Adições	-	-	800	28	-	159	-	-	987
Transferências	3.110	(11)	-	(1)	-	12	-	-	3.110
Baixas	-	-	-	(1)	-	-	(6)	-	(7)
Depreciação	-	(396)	(2.471)	(120)	(16)	(1.546)	(201)	-	(4.750)
Baixas da Depreciação	-	-	-	1	-	-	3	-	4
Transferências	-	30	-	-	-	(30)	-	-	-
Imparidade e Provisão Perda	-	-	4.056	-	-	-	-	-	4.056
Saldo Final	12.032	5.014	37.020	1.114	30	6.263	371	-	61.845
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	12.032	12.311	118.003	4.079	490	24.629	2.003	-	173.547
Depreciação Acumulada	-	(7.297)	(68.781)	(2.607)	(446)	(18.002)	(1.612)	-	(98.744)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(12.202)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(12.958)
Valor contábil líquido	12.032	5.014	37.020	1.114	30	6.263	371	-	61.845

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial possui ativos imobilizados adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados nas respectivas rubricas do imobilizado, sendo:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.608	(1.053)	1.555
Equipamentos de Informática	186	(90)	95
Veículos	32	(21)	11
Instalações e Ferramentas	63	(35)	28
Móveis e Utensílios	9	(6)	3
Outros	14	(14)	-
	2.911	(1.219)	1.692

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei nº 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico NBC TG 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ITG 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (“*deemed cost*”), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ITG 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Os bens integrantes do imobilizado da empresa estão em garantia do Programa REFIS e quando financiados garantem os próprios financiamentos.

Do total da depreciação do consolidado lançada no resultado até dezembro de 2016, no valor de R\$ 4.818, R\$ 4.452 estão no CPV e R\$ 366 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos tributos, em 31.12.2016 das reavaliações efetuadas é de R\$ 628 líquido das parcelas já realizadas por imparidade, por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Prejuízos Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 64.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado	
	Programas de Computador	Total		Programas de Computador	Total
Taxas anuais de amortização	20%		Taxas anuais de amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2014		
Custo	5.128	5.128	Custo	5.238	5.238
Amortização Acumulada	(2.821)	(2.821)	Amortização Acumulada	(2.902)	(2.902)
Valor contábil líquido	2.307	2.307	Valor contábil líquido	2.336	2.336
Baixas			Baixas	(110)	(110)
Amortização	(681)	(681)	Amortização	(703)	(703)
Baixa Amortização	-	-	Baixa Amortização	103	103
Imparidade	(107)	(107)	Imparidade	(107)	(107)
Saldo Final	1.519	1.519	Saldo Final	1.519	1.519
Em 31 de dezembro de 2015			Em 31 de dezembro de 2015		
Custo	5.128	5.128	Custo	5.128	5.128
Amortização Acumulada	(3.502)	(3.502)	Amortização Acumulada	(3.502)	(3.502)
Imparidade	(107)	(107)	Imparidade	(107)	(107)
Valor contábil líquido	1.519	1.519	Valor contábil líquido	1.519	1.519
Adições	9	9	Adições	9	9
Transferências	(613)	(613)	Transferências	(613)	(613)
Amortização	(486)	(486)	Amortização	(486)	(486)
Transferências	613	613	Transferências	613	613
Saldo Final	1.042	1.042	Saldo Final	1.042	1.042
Em 31 de dezembro de 2016			Em 31 de dezembro de 2016		
Custo	4.524	4.524	Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.375)	(3.375)	Amortização Acumulada	(3.375)	(3.375)
Imparidade	(107)	(107)	Imparidade	(107)	(107)
Valor contábil líquido	1.042	1.042	Valor contábil líquido	1.042	1.042

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial possui ativos intangíveis adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados na rubrica do intangível, sendo:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Programas de Computador	246	(123)	123
	246	(123)	123

Do total da amortização do consolidado lançada no resultado de dezembro de 2016, no valor de R\$ 486, R\$ 46 estão no CPV e R\$ 440 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS ("IMPAIRMENT")

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	24.693	21.154	24.813	21.916
Obrigações Sociais/Trabalhistas	32.367	18.931	32.367	18.944
Obrigações Tributárias e REFIS	21.245	12.126	21.769	12.710
Adiantamentos de Clientes	280	979	310	979
Outras Contas a Pagar	7.464	11.269	7.463	11.330
Parcela Circulante	86.049	64.459	86.722	65.879
Obrigações Tributárias	116.179	110.105	116.179	110.184
Obrigações Sociais/Trabalhistas	2.739	3.314	2.739	3.314
Outras Contas a Pagar	59.422	51.859	58.442	50.303
Parcela Não Circulante	178.340	165.278	177.360	163.801
Total a Pagar a Fornecedores	24.693	21.154	24.813	21.916
Total de Outras Contas a Pagar	239.696	208.583	239.269	207.764
Total Geral	264.389	229.737	264.082	229.680
Aging List Contas a Pagar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos	21.234	16.875	21.343	17.557
A vencer 30 dias	2.436	3.556	2.447	3.636
A vencer de 31 a 60 dias	560	345	560	345
A vencer de 61 a 90 dias	98	35	98	35
A vencer acima de 91 dias	365	343	365	343
Contas a Pagar a Fornecedores	24.693	21.154	24.813	21.916
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais - R\$	24.693	21.154	24.813	21.916
Contas a Pagar a Fornecedores	24.693	21.154	24.813	21.916

No fechamento do 2º trimestre de 2016, a Companhia estornou as multas e juros referentes o ICMS que estava congelado até 29/02/2016 (R\$ 373) de acordo como o artigo 67-A da lei 5.983 de 1.981 e fez o parcelamento de acordo com o artigo 63 inciso III do RICMS/SC.

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	3.801	2.096	3.801	2.096
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	3.548	3.041	3.548	3.041
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30%aa	Aval	3.009	3.595	3.009	3.595
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	9.706	8.529	9.706	8.529
FINEP	5,25% aa	Imóveis, Aval	-	1.537	-	1.537
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	171	537	171	537
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	14.934	11.333	14.934	11.333
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.163	5.124	5.163
Financ. Direto com Fornec.	-	-	8.580	10.075	8.580	10.260
ACC	VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Cartão de Crédito	Taxa pré-fixada de 2,3% am	-	-	549	-	549
Duplicatas Descontadas	1,98% am	Duplicatas	803	-	803	-
Conta Garantida	1,95% am	Aval / Duplicatas	1.041	-	1.041	-
Leasing	VC + 6,483% aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	2.036
Total do Circulante			52.863	48.601	54.808	50.822
Não Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	5.908	7.979	5.908	7.979
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	-	383	-	383
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	2.824	6.708	2.824	6.708
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária	-	139	-	139
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	8.974	11.461	8.974	11.461
Financ. Direto com Fornec.	-	-	3.828	880	3.828	1.227
Total do Não Circulante			21.534	27.550	21.534	27.897
Total de Empréstimos e Financiamentos			74.397	76.151	76.342	78.719
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Por Data de Vencimento						
Em até 6 meses			46.721	39.605	48.665	41.783
De 6 meses a 1 ano			6.141	8.996	6.142	9.039
De 1 a 2 anos			8.791	5.774	8.791	5.875
De 3 a 5 anos			11.400	19.229	11.400	19.475
Acima de 5 anos			1.344	2.547	1.344	2.547
Total de Empréstimos e Financiamentos			74.397	76.151	76.342	78.719
			31/12/2016		31/12/2016	
Por Tipo de Moeda						
Reais - R\$			69.242	70.410	69.242	70.942
Dólar Norte-Americano - US\$			5.155	5.741	5.155	5.741
Euro - EUR			-	-	1.945	2.036
Total de Empréstimos e Financiamentos			74.397	76.151	76.342	78.719
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Por Indexação						
Taxas Pré-Fixadas			34.631	41.159	34.631	41.501
Taxas-Pós Fixadas			39.766	34.992	41.711	37.218
Total de Empréstimos e Financiamentos			74.397	76.151	76.342	78.719

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial		76.151	70.766	78.719	75.427
Captação de Empréstimos e Financiamentos		6.321	8.592	6.321	8.565
Renegociações		-	8.411	-	8.939
Transferências Partes Relacionadas		1.925	-	1.925	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		(10.194)	(22.138)	(10.726)	(25.668)
Transferências Partes Relacionadas		(94)	-	(94)	9
Juros sobre Empréstimos Pagos		(629)	15.487	(629)	16.525
Transferências Partes Relacionadas		-	-	-	1
Juros sobre Empréstimos		917	(4.967)	826	(5.026)
Transferências Partes Relacionadas		-	-	-	(53)
Saldo Final		74.397	76.151	76.342	78.719

A companhia optou por congelar em 29/02/2016 a apropriação dos juros referente aos empréstimos que entraram no processo de Recuperação Judicial, e que após aprovação da assembleia e definição das taxas de juros, voltarão a ser corrigidos.

No entanto estornamos multas punitivas por quebra de contrato com as instituições financeiras no valor de R\$ 621 que devido o deferimento da recuperação judicial não poderá ser praticado.

No 4º trimestre foi reconhecido R\$ 1.803 de encargos legais que correspondem a impostos federais que foram inscritos em dívida ativa. O encargo legal calculado está previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, sendo calculado (10% para dívidas não ajuizadas e 20% para dívidas ajuizadas) sobre montante do débito, inclusive multas, atualizado monetariamente e acrescido dos juros e multa de mora.

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$112 no 4º Trimestre de 2016.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ - Estimativa	-	-	5	122
CSLL - Estimativa	-	-	3	51
IRPJ à compensar	2	24	145	32
CSLL à compensar	-	-	52	5
Total Ativo Circulante	2	24	204	210
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	14.414	16.554	14.414	16.569
CSLL - Crédito Tributário Diferido	5.024	5.761	5.024	5.766
Total Ativo Não Circulante	19.438	22.315	19.438	22.335
Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ sobre diferenças temporárias	24.178	20.535	24.178	20.593
CSLL sobre diferenças temporárias	8.593	7.411	8.593	7.432
Total Passivo Não Circulante	32.771	27.946	32.771	28.025

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2015	22.315	22.315	6.580	10.327	11.039	27.946
Constituição dos Tributos	18.746	18.746	2.765	4.112	-	6.877
Baixa dos Tributos	(21.623)	(21.623)	(1.219)	(793)	(40)	(2.052)
Em 31 de dezembro 2016	19.438	19.438	8.126	13.646	10.999	32.771

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2015	22.335	22.335	6.659	10.327	11.039	28.025
Constituição dos Tributos	18.746	18.746	2.765	4.112	-	6.877
Baixa dos Tributos	(21.643)	(21.643)	(1.298)	(793)	(40)	(2.131)
Em 31 de dezembro 2016	19.438	19.438	8.126	13.646	10.999	32.771

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão IRPJ	-	-	(5)	-
Provisão CSLL	-	-	(3)	-
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(159.556)	(128.769)	(159.647)	(129.476)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(57.401)	(46.357)	(57.434)	(46.612)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	154.156	133.305	154.291	134.067
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	55.471	47.991	55.520	48.265
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(7.330)	6.170	(7.278)	6.244

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A) Trabalhista e Cíveis:

A Administração monitora essas ações judiciais e os processos administrativos mediante assessoria jurídica interna e externa. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, mantém provisionado o montante de R\$ 1.303 (R\$ 1.356 em 2015), julgado como suficiente para cobrir as perdas potenciais.

B) Tributária:

A empresa figura em feito executivo, Processo nº 0000254-03.2010.404.7201/SC, em trâmite perante a Justiça Federal. Em fevereiro de 2013 foi publicada Sentença acolhendo, parcialmente, os Embargos à Execução 5001542-61.2011.404.7201, remanescendo o valor de R\$ 49.017. O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis e de crédito em Execução de Sentença contra a Fazenda Pública (Proc. nº 2003.7201.005105-0 (Processo nº 990102179-0 Nota 29), totalizando a garantia em R\$ 56.063, superior ao valor remanescente da Execução Fiscal. A probabilidade de êxito do Recurso de Apelação da Companhia permaneceu em 2016 como “provável” pelos advogados responsáveis e, por esse motivo, permanece uma provisão no valor de R\$ 32.899 (R\$ 31.101 em 2015) do que mantém-se em discussão, considerando os efeitos do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa de CSLL utilizados no momento da lavratura do auto de infração.

Adicionalmente mantém-se constituído uma provisão no valor de R\$ 1.203 (R\$ 1.142 em 2015) referentes autos de infração (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

C) Outros:

Em 02/04/2013 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarou ilegítima a cobrança do ECE – Encargo de Capacidade Emergencial, cujo débito no valor de R\$ 3.003 encontra-se registrado no passivo circulante da Companhia, assim aguarda-se o trânsito em julgado para proceder o estorno.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 1.269, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

	Contingências	Total
Em 31 de dezembro de 2015	33.599	33.599
Depósitos Judiciais Relacionados	630	630
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2015	32.969	32.969
Constituição de provisões (Tributárias)	1.859	1.859
Provisões utilizadas (Trabalhistas)	(53)	(53)
Em 31 de dezembro de 2016	35.405	35.405
Depósitos Judiciais Relacionados	636	636
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2016	34.769	34.769

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
	Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber		Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	-	-	2.229	2.860	-	-	-	-
Alutec Ind. de Fundação EIRELI	-	1	-	-	-	1	-	-
CWS Participações S.A	-	-	1.621	-	-	-	1.621	-
	-	1	3.850	2.860	-	1	1.621	-
	Passivo		Passivo		Passivo		Passivo	
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar		Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	(29)	38	-	-	-	-	-	-
Alutec Ind. de Fundação EIRELI	340	267	-	-	340	267	-	-
CWS Participações S.A	-	-	6.370	2.597	-	-	7.126	2.597
Cachoeira Arrendamentos e Armazens Gerais Ltda	-	-	1.655	-	-	-	1.655	-
Dietzel GMBH	-	-	-	-	-	-	188	195
	311	305	8.025	2.597	340	267	8.969	2.792
Operações da Controlada para a Controladora	Receita de Vendas		Custos das Vendas					
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015				
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. (a)	66	7.740	(51)	(5.264)				
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. (b)	922	-	(909)	-				
	988	7.740	(960)	(5.264)				

(a) Referente venda de produto fabricação própria

(b) Referente venda de imobilizado

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no NBC TG 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração Diretoria	1.033	1.132	1.037	1.151
Remuneração Conselho Administração	113	131	113	131
Remuneração Conselho Fiscal	52	138	52	138
	1.198	1.401	1.202	1.420

NOTA 20 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel S.A. – Em recuperação judicial informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPI	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
TOTAL	34.632	7.240	26.965	68.837
(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL				(12.380)
VALOR DO REFIS				56.457

O saldo em 31.12.2016 apresenta-se da seguinte forma:

Valor original	56.457
Encargos calculados pela TJLP	68.953
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(40.436)
Saldo em 31/12/2016	84.974

A Companhia reconheceu R\$ 2.851, em 31.12.2016, como atualização do referido programa.

Desde a adesão ao REFIS em 28/02/2000, a companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações previstas na Lei 9.964/00, cujos atos são avaliados pelo Comitê Gestor do REFIS na forma da legislação vigente, sob pena de aplicação das sanções dispostas no art. 5º, II da Lei nº 9.964/00.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 é formado de 2.058 mil ações, sendo 686 mil ações ordinárias e 1.372 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vendas Mercado Interno	140.453	157.551	140.393	157.543
Vendas Zona Franca de Manaus	448	1.194	448	1.194
Revenda no Mercado Interno	16.180	20.863	16.180	20.871
Vendas Mercado Externo	4.134	14.332	4.134	14.332
Outras Vendas	4.754	5.574	4.814	5.574
(-) Devoluções e Abatimentos	(4.667)	(4.026)	(4.667)	(4.026)
(-) Impostos sobre as Vendas	(39.631)	(43.777)	(39.631)	(43.777)
Receita de Vendas	121.671	151.711	121.671	151.711

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Financeiras				
Juros sobre Capital de Giro	(560)	(4.392)	(560)	(4.423)
Juros sobre Financiamentos	(3.207)	(6.779)	(3.207)	(6.852)
Variação Cambial	443	(1.975)	390	(3.505)
Outras Despesas	(12.308)	(10.693)	(12.474)	(10.972)
Total de Despesas	(15.632)	(23.839)	(15.851)	(25.752)
Receitas Financeiras				
Variação Cambial	89	266	231	1.198
Aplicações Financeiras	137	114	137	114
Outras Receitas	409	414	606	417
Total de Receitas	635	794	974	1.729
Resultado Acumulado	(14.997)	(23.045)	(14.877)	(24.023)

NOTA 24 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários	34.757	51.419	34.757	51.942
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	6.768	8.501	6.768	8.566
Total	41.525	59.920	41.525	60.508
Número de Empregados	866	1.141	866	1.141

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(14.015)	(46.519)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(7.008)	(23.259)
	(21.023)	(69.778)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.372	1.372
Quantidade de ações ordinárias emitidas	686	686
Total	2.058	2.058
Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)		
Ação preferencial	(10,2153)	(33,9057)
Ação ordinária	(10,2153)	(33,9057)

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo NBC TG 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/15.

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora e controlada mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação com o limite máximo de Indenização em R\$ 46.500, com vigência de 14/04/2016 à 14/04/2017.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com o NBC TG 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2015	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	50.551	58.949	42.211	-	151.711
Depreciação e Amortização	-	-	-	(10.450)	(10.450)
Receitas Financeiras	-	-	-	1.729	1.729
Despesas Financeiras	-	-	-	25.752	25.752
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	6.244	6.244
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(70.577)	(70.577)
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	59.964	59.964
Ativo Total	-	-	-	185.098	185.098
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	538	538
Passivo Total	-	-	-	185.098	185.098

Em 31 de dezembro de 2016	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	44.836	43.497	33.338	-	121.671
Depreciação e Amortização	-	-	-	(5.305)	(5.305)
Receitas Financeiras	-	-	-	974	974
Despesas Financeiras	-	-	-	(15.851)	(15.851)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	(7.278)	(7.278)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(21.138)	(21.138)
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	62.887	62.887
Ativo Total	-	-	-	195.649	195.649
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	996	996
Passivo Total	-	-	-	195.649	195.649

NOTA 28 - CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Conforme despacho de execução de sentença emitido em 01/07/2015, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (Julho/15)	19.514
Parcela recebida antecipadamente em Julho/15	(9.757)
Saldo Recebimento equivalente a 50% do total do Processo	9.757

Os montantes das dívidas da Companhia com a Recupere, bem como honorários advocatícios, foram incluídos na relação de credores do processo de Recuperação Judicial da Wetzell, nas suas Classes (Classe III e Classe I, respectivamente), conforme publicado no edital do Diário da Justiça Eletrônico de Santa Catarina, datado de 14/06/16 e estão sujeitos ao plano de pagamentos que deverá ser aprovado em assembleia de credores.

O valor remanescente dos créditos da Eletrobrás foi depositado em conta da Justiça Estadual de Santa Catarina em 02/12/2016 e colocado à disposição do Sr. Excelentíssimo Juiz responsável pela recuperação judicial, o qual já autorizou o saque prévio de R\$ 3.000 para destinação de pagamento de verbas trabalhistas de 13º salários, férias coletivas e manutenção preventiva de parada de final de ano. O saldo final deverá ser utilizado exclusivamente para pagamentos de credores da Recuperação Judicial, conforme priorizações de prerrogativas legais.

NOTA 29 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	636	630	636	630
Depósitos Judiciais - Outros	1.805	1.656	1.805	1.826
Previdenciário-FAP	1.805	1.660	1.805	1.661
Total	4.246	3.946	4.246	4.117

NOTA 30 -DESONERAÇÃO FOLHA

A Companhia se enquadra na Lei 12.546/2011 em seu art.8º, alterada pela Lei 13.161/2015 onde contribuirá a alíquota de 2,5% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/1991. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/1991 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos inclusos no art.8ºA da Lei 13.161 e a receita bruta total.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a Receita Bruta relativa à competência março de 2016 previsto no art. 1º § 6º da IN 1597 de 01/12/2015.

NOTA 31 –ATIVOS DESTINADOS A VENDA

Com o fim das atividades da controlada Wetzel Univolt Indústria Plásticos Ltda., a partir de novembro de 2015, o ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante. Os ativos estão avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido e o valor de venda, líquido dos custos de comercialização.

Ativos Destinados a Venda	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Máquinas e Equipamentos	3.316	3.316
(-) Baixa por venda	(1.186)	-
Móveis e Utensílios	49	49
(+) Transferência do Imobilizado	12	-
(-) Baixa por venda	(23)	-
Total	2.168	3.365

Parte desses ativos foram adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos.

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.955	(992)	1.963
	2.955	(992)	1.963

NOTA 32 – INSTRUMENTO DE GARANTIA DE FORNECIMENTO

O fornecimento de Energia Elétrica pela Engie Brasil, nova denominação de Tractebel Energia, para a Unidade de Negócios da Wetzel Ferro, no montante de R\$ 1.343 vinha sendo garantido por recebíveis da Companhia. Em março de 2016, a garantia foi substituída por um CDB no montante de R\$ 1.236, onde a Engie figura como beneficiária em caso de inadimplência de pagamentos pela Wetzel. Em janeiro de 2017, esse CDB teve um resgate parcial em favor da Wetzel devido à renegociação do contrato e redução do volume de energia elétrica contratado, passando seu saldo para R\$ 776.

NOTA 33 –EVENTO SUBSEQUENTE

Recuperação Judicial

Em 03 de fevereiro de 2016 a Wetzel S/A – Em recuperação judicial ajuizou ação de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, em caráter de urgência e mediante deliberação do Conselho de Administração, com a concordância do acionista controlador. O processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, recebendo o nº 0301750-45.2016.8.24.0038. A ação de recuperação judicial foi ajuizada com o objetivo de reestruturar o passivo da Companhia, mantendo a sua atividade produtiva e preservando o seu valor de mercado.

O processamento da recuperação judicial da Wetzel S/A – Em recuperação judicial foi deferido por decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05, datada de 11 de fevereiro de 2016.

Foi publicado o edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/05, na data de 02/03/2016, tanto no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), quanto no jornal A Notícia.

Foram divulgados, como Fatos Relevantes, o ajuizamento da ação no mesmo dia em que efetivado, e o deferimento do processamento da recuperação judicial no mesmo dia em que a Companhia teve ciência de tal decisão, até então não publicada.

Conforme a Lei 11.101/05, art. 53, a Companhia apresentou, em juízo, no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o plano de recuperação, que contém: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos seus bens e ativos.

Recebido o plano de recuperação pelo juízo, foi publicado o respectivo edital no Jornal A Notícia em 13/06/2016 e no DJe em 14/06/2016, abrindo o prazo de 30 dias para apresentação de eventuais objeções, conforme o art. 53, parágrafo único e art. 55, ambos da Lei 11.101/05.

De forma excepcional, a relação de credores foi retificada, publicada no Jornal a Notícia em 13/06/2016 e no DJe em 15/06/2016, com fulcro no art. 191 da Lei 11.101/05, a fim de que credores e interessados, na forma do art. 8º da mesma Lei, apresentem impugnação no prazo de 10 dias.

Em atenção ao *caput* do art. 56 c/c art. 36, ambos da Lei 11.101/2005, foi convocada Assembleia Geral de Credores - AGC para deliberação sobre a aprovação, modificação ou rejeição do plano de recuperação judicial, sugerido pelo Administrador judicial e confirmada pelo Juiz da recuperação judicial nos dias 18/10/2016 e 22/11/2016 para a 1ª e 2ª convocação, respectivamente. Os credores e demais interessados foram convocados para a Assembleia do dia 18/10/2016 através do Diário de Justiça Eletrônico nº 2431, pag. 1.124 em 09/09/2016 e também pelo Jornal "A Notícia" veiculado em 09/09/2016.

A Assembleia Geral de Credores em 1ª convocação, realizada no dia 18/10/2016, não foi instalada por insuficiência de quórum necessário na forma prevista no art. 37, § 2º da Lei 11.101/2005. Desta forma, confirmou-se a 2ª convocação para dia 22/11/2016, cuja data foi instalada a Assembleia e aprovado o pedido do Banco do Brasil S/A para suspensão da AGC pelo prazo de 90 dias para continuação das negociações que ainda não se perfectibilizaram, mediante votação registrada por meio eletrônico, sendo marcada a continuidade do ato para o dia 23/02/2017 no mesmo local, horário e forma constante do Edital de convocação.

Em 23/02/2017 a continuação da Assembleia Geral de Credores, anteriormente suspensa, foi reinstalada com o *quórum* que se apresentou em 22/11/2016, retirando-se da base de cálculo das votações os ausentes, confirmando-se a aprovação, por meio eletrônico e não sigiloso, do requerimento do Sindicato dos Trabalhadores no tocante ao modificativo do Plano de Recuperação Judicial para antecipação dos créditos trabalhistas já habilitados e da suspensão da segunda convocação da Assembleia Geral de Credores com continuidade já agendada para o dia 25/04/2017.

A Companhia, até o 1º trimestre de 2016, congelou em 29/02/2016 a apropriação dos juros referente aos empréstimos que entraram no processo de Recuperação Judicial, e que após aprovação da assembleia e definição das taxas de juros, voltarão a ser corrigidos. Adicionalmente de acordo com o artigo 67-A da lei 5.983 de 1.981, a companhia congelou em 29/02/2016 a apropriação das multas e juros referente ao ICMS que estava em aberto até a data do pedido de recuperação judicial.

Sendo assim, apenas os efeitos mencionados anteriormente impactaram nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas tendo em vista o processo de recuperação judicial, entretanto outros impactos ainda estão na dependência dos eventos futuros que poderão ou não ocorrer, tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.

As informações relativas ao processamento do pedido de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas, na forma da legislação vigente.